

continuação

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo (SP), podendo abrir e encerrar filiais, sucursais, escritórios ou agências, assim como nomear agentes ou representantes em qualquer parte do país ou exterior. O endereço registrado do escritório da Companhia é Avenida Paulista, 287. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de março de 2013 abrangem a controladora e suas controladas, bem como as seguintes atividades em seu objeto social: importação, exportação, comercialização, industrialização, produção, os serviços de carga e descarga de açúcar, etanol e derivados nos mercados nacionais e internacionais; • A representação comercial de açúcar, etanol e derivados; • Logística terrestre, aérea, fluvial e marítima; • Transporte de cargas, inclusive perigosas e atuação como operadora de transporte multimodal; • Produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos os derivados provenientes de cogeração de energia elétrica; • Prestação de serviços técnicos e de consultoria relativos às atividades antes mencionadas; e • Participação no capital de outras sociedades. O exercício social da Companhia e suas controladas se encerra em 31 de março de cada ano.

2. AQUISIÇÕES DE CONTROLADAS

Combinações de negócios: Em 18 de dezembro de 2012, a Companhia obteve através de sua controlada Copersucar North America, LLC o controle da Eco-Energy Global Biofuels, LLC, empresa estabelecida nos Estados Unidos que atua em biocombustíveis, ao adquirir 65% das ações do capital votante dessa Companhia. A aquisição de controle da Eco-Energy Global Biofuels, LLC permitirá uma maior internacionalização da Copersucar S.A. e uma plataforma de distribuição de etanol nos Estados Unidos tornando a Companhia a maior comercializadora de etanol do mundo. No período de 19 de dezembro de 2012 a 31 de março de 2013, a Eco-Energy Global Biofuels, LLC contribuiu com uma receita de R\$ 2.240.698 no consolidado. **Ágio:** O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi identificado conforme abaixo:

	R\$
Valor total do negócio	224.771
Ativos tangíveis adquiridos	52.059
Variação justo do reconhecimento com clientes	32.451
Valor justo da marca	4.407
Outros ativos intangíveis identificáveis	11.119
Valor justo do passivo circulante assumidos (exceto dívidas bancárias)	(271.954)
Outros passivos de longo prazo assumidos	(1.963)
Dívidas totais assumidas (bancárias)	(185.792)
Ativos líquidos adquiridos	117.927
Ágio resultante da aquisição	106.844

O ágio é atribuído principalmente aos negócios de comercialização de etanol da Eco-Energy Global Biofuels, LLC e às sinergias esperadas com a integração da Companhia ao negócio de etanol existente. No balanço patrimonial individual da Companhia e nas demonstrações financeiras consolidadas e ágio demonstrado está incluído no valor contábil do investimento e no intangível, respectivamente, e sua amortização, não é imediata. **Custos de aquisição:** A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição de R\$ 3.249 referentes a honorários legais externos, consultorias e despesas de diligência, gastos estes incluídos nas despesas administrativas da Companhia na demonstração de resultado.

3. ENTIDADES DA COMPANHIA

Entidade	Cidade/Estado - País	Relacionamento	Participação acionária 31 de março de 2013
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	São Paulo/SP - Brasil	Controlada	99,99995%
Copersucar Armazéns Gerais S.A.	São Paulo/SP - Brasil	Controlada	99,99997%
Uniduto Logística S.A.	São Paulo/SP - Brasil	Coligada	38,58000%
Logum Logística S.A.	Rio de Janeiro/RJ - Brasil	Controlada em conjunto	20,00000%
Sugar Express Transportes S.A.	São Paulo/SP - Brasil	Controlada	99,99000%
Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	São Paulo/SP - Brasil	Coligada	20,54000%
Copersucar International N.V.	Caracas/bidweg - Curaçau	Controlada indireta	100,00000%
Copersucar Trading A.V.V.	Orangestad - Aruba	Controlada indireta	100,00000%
Copersucar Europe B.V.	Rotterdam - Holanda	Controlada indireta	100,00000%
Copa Shipping Company Limited	Tortola - Ilhas Virgens Britânicas	Controlada indireta em conjunto	50,00000%
Copersucar North America, LLC	Franklin/TN - Estados Unidos	Controlada	100,00000%
Copersucar Asia Limited	Hong Kong - China	Controlada indireta	100,00000%
Eco-Energy Global Biofuels LLC	Franklin/TN - Estados Unidos	Controlada indireta	65,00000%

Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais: A Controlada com sede na capital do estado de São Paulo tem como atividade preponderante a comercialização no mercado atacadista de produtos alimentícios e mercadorias em geral, o aluguel de armazéns, a prestação de serviços de armazenagem, a operação de exportação de açúcar e de outros produtos de origem vegetal e o exercício das atividades de operador portuário. **Copersucar Armazéns Gerais S.A.:** A Controlada com sede na capital do estado de São Paulo possui como atividade preponderante, por meio de suas controladas, a comercialização no mercado atacadista de produtos alimentícios e mercadorias em geral, a comercialização e distribuição no atacado e varejo de combustíveis para fins automotivos ou industriais e o aluguel de armazéns. **Uniduto Logística S.A.:** A Coligada com sede na capital do estado de São Paulo tem por objetivo desenvolver, construir e operar dutos para movimentação de líquidos para comercialização nos mercados interno e externo, terminais portuários destinados para exportação de tais líquidos além de participar em outras sociedades que tenham por objeto social uma ou mais atividades referidas nos itens anteriores. **Logum Logística S.A.:** A Controlada em conjunto com sede no Rio de Janeiro - RJ, foi constituída em 26 de março de 2008, e tinha como acionistas a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrosbras e a Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S.A.. Em 1º de março de 2011, teve alteração em sua composição acionária, com a entrada dos acionistas, Odebrecht Transport Participações S.A.; Cosan S.A. Açúcar e Alcool; Uniduto Logística S.A. e Copersucar S.A. A Controlada em conjunto tem como objetivo: implementar a construção e operar redes de transporte intermodal e multimodal de etanol, derivados de petróleo e outros biocombustíveis para o mercado nacional e internacional; explorar atividades direta ou indiretamente relacionadas aos serviços de transporte intermodal e multimodal de etanol, derivados de petróleo e outros biocombustíveis; participar de projetos que tenham como objetivo a promoção do desenvolvimento do transporte intermodal e multimodal de etanol, derivados de petróleo e outros biocombustíveis; importar, exportar, adquirir, vender, distribuir ou arrendar todo maquinário e equipamentos relacionados às atividades descritas anteriormente e explorar e desenvolver oportunidades em negócios relacionados à colocação de cabos de fibras óticas em suas faixas de serviço. **Sugar Express Transportes S.A.:** Em 05 de abril de 2010 foi criada a Copersucar Express Transportes S.A., companhia responsável pelo transporte rodoviário de açúcar, etanol e derivados. **Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (CTC):** A Coligada com sede na capital do estado de São Paulo tem como objetivo social a pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias para aplicação nas atividades agrícolas, logística e industrial dos setores canavieiro e sucro-energético, a pesquisa e desenvolvimento de variedades, especialmente o aprimoramento genético da cana-de-açúcar, o controle de doenças e pragas, com destaque para o controle biológico e a transferência de tecnologias agrícolas, industriais e laboratoriais. **Copersucar International N.V.:** A Controlada estabelecida em Curaçau tem como objeto social participar do capital social de outras empresas. **Copersucar Trading A.V.V.:** A Controlada estabelecida em Aruba tem como objeto social a importação e exportação de açúcar e etanol, adquirido principalmente da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo. **Copersucar Europe B.V.:** A Controlada estabelecida na Holanda tem como objetivo a comercialização de açúcar e etanol, principalmente de empresas ligadas. **Copa Shipping Company Limited:** Em 24 de novembro de 2010, foi criada a Copa Shipping Company Limited, uma empresa de fretamento marítimo com sede nas ilhas Virgens Britânicas, em parceria com o grupo Jamal Al-Ghurair (JAG) que, entre outros negócios, é dono da Al Khaleef Sugar (AKS), maior refinaria de açúcar do mundo e um de seus principais estratêgias de Copersucar S.A. e a Copersucar S.A. aplica, maximizando a gestão de custos e a qualidade desse serviço. **A Copersucar S.A., por meio de Copersucar Trading, e a Global Energy Investments, subsidiária do Grupo JAG, detêm cada uma 50% da Copa Shipping Company Limited. Copersucar North America, LLC:** Em 23 de Outubro de 2012, foi criada a Copersucar North America, LLC, empresa estabelecida nos Estados Unidos que tem como objeto social participar do capital social de outras empresas. **Copersucar Asia Limited:** A Controlada estabelecida em Hong Kong tem como objetivo a comercialização de açúcar e etanol, principalmente de empresas ligadas. **Eco-Energy Global Biofuels, LLC:** Empresa com sede em Franklin/TN, Estados Unidos, que atua de forma integrada na cadeia de suprimentos de biocombustíveis, focada em comercialização, logística e serviços de marketing.

4. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade: As presentes demonstrações financeiras incluem: • As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); • As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis -CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e demais aspectos da legislação aplicável emenda da legislação societária. As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas nos Brasil e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ao valor justo. Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Imobilizado - adoção do custo atribuído; • Estoques - apurados a valor justo menos despesas de vendas, por meio de marcação a mercado. **c. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional de todas as entidades da Companhia, exceto para a Copersucar North America LLC e Eco-Energy Global Biofuels LLC, cuja moeda funcional é o Dólar Americano. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e IFRS, respectivamente, exige que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 9 - Contas a receber de clientes (Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD); • Nota explicativa 10 - Estoques; • Nota explicativa 14 - Ativos e passivos fiscais diferidos; • Nota explicativa 16 - Propriedade para investimento; • Nota explicativa 24 - Instrumentos financeiros; • Nota explicativa 36 - Arrendamentos mercantis operacionais. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 5.d.v - Depreciação (vida útil de ativo imobilizado); • Nota explicativa 5.e.ii - Amortização (vida útil de ativos intangíveis); • Nota explicativa 14 - Ativos e passivos fiscais diferidos (utilização de prejuízos fiscais); • Nota explicativa 23 - Provisão para contingências (provisões e contingências).

5. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em consonância com IFRS e pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário. As práticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades da Companhia. **a. Base de contabilidade: i. Combinações de negócios:** Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o caixa é transferido para a entidade em aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira, operacional e operacional da Companhia de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle a Companhia leva em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis. **ii. Controladas:** As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As práticas contábeis de controladas são alinhadas com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **iii. Investimentos em controladas em conjunto:** Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) é o acordo contratual em que duas ou mais partes se comprometem à realização de atividade econômica que está sujeita ao controle conjunto. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **iv. Investimentos em coligadas:** As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém de 20% a 50% do poder de voto e a influência significativa é exercida pelo voto. Coligadas são reconhecidas inicialmente na data em que são contabilizadas por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidas inicialmente pelo custo. Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma Companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa Companhia registrado por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da Companhia investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos. **v. Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b. Moeda estrangeira: i. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio na data das transações, exceto pelo ativo e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação, que são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes de conversão são reconhecidas no resultado. **ii. Operações no exterior:** Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos em Reais às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Reais às taxas médias de câmbio apuradas no período. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas no resultado do período, uma vez que a moeda funcional da operação no exterior é o Real. Essas variações cambiais são reconhecidas em lucros ou prejuízos nas demonstrações financeiras individuais da controladora ou da subsidiária. Para conversão das transações em dólar americano (USD) para a moeda funcional da Companhia (Real R\$) foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio tanto para o Consolidado quanto para a Controladora.

	2013	2012	2013	2012
R\$/USD	2,0116	1,7001	2,0138	1,8221

c. Instrumentos financeiros: i. Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial é o resultado líquido das operações. A Companhia não reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **iv. Capital social:** Ações ordinárias e preferências são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e são reconhecidos no patrimônio líquido sobre esta rubrica. **d. Imobilizado: i. Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação e de suas respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio na data das transações, exceto pelo ativo e passivos de funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **ii. Reclassificação para propriedade para investimento:** Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a Companhia mantém esse ativo mensurado pelo custo e reclassifica-o como propriedade para investimento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

A Companhia também submete, anualmente, toda propriedade para investimento mantida ao custo a análises e testes de redução de valor recuperável (*impairment*). **iii. Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é contabilizado no resultado do exercício em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **iv. Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciable, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As taxas médias anuais ponderadas estimadas para o período corrente são as seguintes:

	2013	2012
Construções e benfeitorias	4,00%	4,00%
Máquinas e equipamentos	9,05%	9,05%
Equipamentos de processamento de dados	32,28%	33,12%
Móveis e utensílios	7,09%	7,32%
Veículos	10,34%	-
Benfeitorias em propriedade de terceiros	3,08%	3,08%

e. Ativos intangíveis e ágio: i. Ativos intangíveis de vida útil definida: Ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. **Ágio:** O ágio apurado na aquisição de ações da Eco-Energy Global Biofuels, LLC encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura da Companhia futura em função do ágio pago para a aquisição de uma empresa que opera em um mercado tão próspero considerado de mercado relativos ao fluxo de caixa descontado da controlada. A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade do ágio, o teste é antecipado. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a nota explicativa 2. **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. O valor contábil do intangível que tenha sido reposto por outro é contabilizado no resultado do exercício que ocorre a reposição. Custos de manutenção no dia a dia são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **ii. Amortização:** A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado, na rubrica "Despesas administrativas", baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para os períodos correntes e comparativos são de 5 (cinco) anos para os softwares. **iii. Ativo intangível em desenvolvimento:** Um ativo intangível resultante de desenvolvimento (ou da fase de desenvolvimento do projeto interno) deve ser reconhecido somente se a Companhia puder demonstrar todos os aspectos a seguir enumerados: • Viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; • Intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; • Capacidade para usar ou vender o ativo intangível; • Forma como o ativo intangível deve gerar benefícios econômicos futuros; • Disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e • Capacidade de mensurar com confiabilidade **f. Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo histórico no reconhecimento inicial e subsequentemente é mantida pelo método de custo. O custo inclui despesa que é diretamente atribuída à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento inclui os custos de aquisição e os custos de qualquer construção para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos. **g. Ativos arrendados:** Os arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais. Os ativos arrendados não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia (arrendatária). A propriedade para investimento mantida sob um arrendamento operacional é reconhecida no balanço patrimonial da Companhia (arrendadora) pelo seu custo histórico. **h. Estoques:** O estoque da Companhia é composto por *commodities* e é ajustado ao valor de mercado ("*mark to market*") menos os custos para venda. Para cálculo do valor justo, a Companhia utiliza como referência de preço justo os índices divulgados por fontes públicas e relacionados aos produtos e mercados ativos onde atua. Alterações no valor justo desses estoques são reconhecidas no resultado do período. **i. Redução ao valor recuperável (Impairment): i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se houver evidência de que tenha ocorrido um evento de perda após o período em que foi inicialmente avaliado. Quando a evidência objetiva de que o ativo financeiro perderá valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparelhamento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza a seguinte metodologia para avaliar a perda de valor de ativos de risco recuperável: a perda de valor de ativos de risco recuperável é refletida no julgamento da Administração quanto às premissas e condições econômicas subjacentes aos valores de ativos de risco recuperável. Os aumentos maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado do exercício e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. As provisões para perdas estimadas dos recebíveis advindos da carteira comercial de clientes a receber são reconhecidas no resultado do exercício por meio da rubrica "Despesas de Vendas" como Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em cada exercício de avaliação do valor recuperável, conforme IAS 39/CPC 38 - "Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração". **ii. Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não sejam estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados anualmente para apurar se há indicação de perda ou redução de valor. Quando a evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte da geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado do exercício. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de ativos de risco recuperável, e, então, o empenho, e, então, o custo de aquisição, o valor de mercado e o valor contábil dos ativos de risco recuperável da UGC. Quando a UGC não é mais viável para ser recuperada, o valor de mercado é utilizado para determinar a perda de valor recuperável. Quando o valor recuperável de uma UGC é maior que o valor contábil "pro" a exceção é feita ao valor contábil "pro" e o valor recuperável é reconhecido em períodos anteriores, novas avaliações são feitas a cada data de apresentação das demonstrações financeiras, para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Benefícios a empregados: i. Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado do exercício nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou de que a entidade seja beneficiária de uma contribuição adicional. A entidade reconhece uma obrigação por contribuições antecipadas quando o valor presente de contribuições esperadas para um plano de contribuição definida exceder o valor presente de contribuições esperadas para o plano de contribuição definida. O valor presente de contribuições esperadas para o plano de contribuição definida é apresentado na nota explicativa 26. **k. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **l. Receita operacional:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Uma venda de bens não é reconhecida se o comprador não tiver assumido o risco de perda ou se o comprador não tiver assumido o risco de perda de valor. Quando a receita operacional é reconhecida, o valor de venda é registrado em uma conta de receita operacional. **m. Pagamentos de arrendamentos:** Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo de vigência do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos, quando existentes, são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, de acordo com o prazo de vigência do arrendamento. No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito à Companhia de controlar o uso do ativo subjacente. A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados são reconhecidos como uma obrigação financeira baseada no valor presente de pagamentos futuros esperados. Quando a Companhia não é o arrendatário, **n. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem, substancialmente, receitas de juros de aplicações financeiras, variação cambial e variações credoras no valor justo de instrumentos financeiros utilizados na proteção a risco de moeda e juros, assim como ganhos realizados na liquidação de tais instrumentos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com juros sobre empréstimos, e variações a débito no valor justo de instrumentos financeiros utilizados na proteção a risco de moeda e juros, assim como perda na liquidação de tais instrumentos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. **o. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de prejuízos fiscais. Os impostos de renda e contribuição social são reconhecidos no resultado de acordo com o método dos juros efetivos. **p. Informações adicionais:** Os pagamentos de juros diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias de perdas fiscais não utilizadas quando é provável que os benefícios econômicos decorrentes de tais ativos serão realizados no futuro. Quando a entidade não tem certeza de que os benefícios econômicos decorrentes de tais ativos serão realizados no futuro, o ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido pelo menor de seu valor contábil e o valor presente de benefícios econômicos esperados. Quando a entidade não tem certeza de que os benefícios econômicos decorrentes de tais ativos serão realizados no futuro, o ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido pelo menor de seu valor contábil e o valor presente de benefícios econômicos esperados. Quando a entidade não tem certeza de que os benefícios econômicos decorrentes de tais ativos serão realizados no futuro, o ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido pelo menor de seu valor contábil e o valor presente de benefícios econômicos esperados. Quando a entidade não tem certeza de que os benefícios econômicos decorrentes de tais ativos serão realizados no futuro, o ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido pelo menor de seu valor contábil e o valor presente de benefícios econômicos esperados. Quando a entidade não tem certeza de que os benefícios econômicos decorrentes de tais ativos serão realizados no futuro, o ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido pelo menor de seu valor contábil e o valor presente de benefícios econômicos esperados. Quando a entidade não tem certeza de que os benefícios econômicos decorrentes de tais ativos serão realizados no futuro, o ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido pelo menor de seu valor contábil e o valor presente de benefícios econômicos esperados. Quando a entidade não tem certeza de que os benefícios econômicos decorrentes de tais ativos serão realizados no futuro, o ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido pelo menor de seu valor contábil e o valor presente de benefícios econômicos esperados. Quando a entidade não tem certeza de que os benefícios econômicos decorrentes de tais ativos serão realizados no futuro, o ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido pelo menor de seu valor contábil e o valor presente de benefícios econômicos esperados. Quando a entidade não tem certeza de que os benefícios econômicos decorrentes de tais ativos serão realizados no futuro, o ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido pelo menor de seu valor contábil e o valor presente de benefícios econômicos esperados. Quando a entidade não tem certeza de que os benefícios econômicos decorrentes de tais ativos serão realizados no futuro, o ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido pelo menor de seu valor contábil e o valor presente de benefícios econômicos esperados. Quando a entidade não tem certeza de que os benefícios econômicos decorrentes de tais ativos serão realizados no futuro, o ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido pelo menor de seu valor contábil e o valor presente de benefícios econômicos esperados. Quando a entidade não tem certeza de que os benefícios econômicos decorrentes de tais ativos serão realizados no futuro, o ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido pelo menor de seu valor contábil e o valor presente de benefícios econômicos esperados. Quando a entidade não tem certeza de que os benefícios econômicos decorrentes de tais ativos serão realizados no futuro, o ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido pelo menor de seu valor contábil e o valor presente de benefícios econômicos esperados. Quando a entidade não tem certeza de que os benefícios econômicos decorrentes de tais ativos serão realizados no futuro, o ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido pelo menor de seu valor contábil e o valor presente de benefícios econômicos esperados. Quando a entidade não tem certeza de que os benefícios econômicos decorrentes de tais ativos serão realizados no futuro, o ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido pelo menor de seu valor contábil e o valor presente de benefícios econômicos esperados. Quando a entidade não tem certeza de que os benefícios econômicos decorrentes de tais ativos serão realizados no futuro, o ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido pelo menor de seu valor contábil e o valor presente de benefícios econômicos esperados. Quando a entidade não tem certeza de que os benefícios econômicos decorrentes de tais ativos serão realizados no futuro, o ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido pelo menor de seu valor contábil e o valor presente de benefícios econômicos esperados. Quando a entidade não tem certeza de que os benefícios econômicos decorrentes de tais ativos serão realizados no futuro, o ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido pelo menor de seu valor contábil e o valor presente de benefícios econômicos esperados. Quando a entidade não tem certeza de que os benefícios econômicos decorrentes de tais ativos serão realizados no futuro, o ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido pelo menor de seu valor contábil e o valor presente de benefícios econômicos esperados. Quando a entidade não tem certeza de que os benefícios econômicos decorrentes de tais ativos serão realizados no futuro, o ativo

continuação

7. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O principal tomador de decisões da Companhia, Presidente Executivo, analisa as informações sobre resultados segmentados para tomar decisões relacionadas à aplicação dos recursos financeiros. A Companhia e suas controladas apresentam dois segmentos: Açúcar/Etanol e Serviços. A seguir estão apresentadas as descrições dos segmentos operacionais da Companhia: • Açúcar/Etanol - Compra e venda de açúcar bruto e açúcar branco no mercado nacional e internacional; compra e venda de etanol hidratado e anidro no mercado nacional e internacional; e compra e venda de biocombustíveis na América do Norte. • Serviços - Compreende os resultados de prestação de serviços de logística e elevação de açúcar e etanol. As informações selecionadas de resultado por segmento, que foram mensuradas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas, são como segue:

	2013			2012		
	Açúcar/Etanol	Serviços	Total	Açúcar/Etanol	Serviços	Total
Receita líquida (a)	14.655.715	120.570	14.776.285	10.950.346	82.767	11.033.113
Custo de vendas	(14.221.225)	(102.540)	(14.323.865)	(10.481.606)	(67.838)	(10.549.444)
Margem bruta	434.490	18.030	452.520	468.740	14.929	483.669

(a) Os valores apresentados como Receita Líquida em março de 2013 e 2012 contemplam a Receita com Instrumentos financeiros derivativos não realizados divulgada separadamente nas Demonstrações de Resultado. Os outros itens do resultado, assim como as informações sobre ativos e passivos, não são apresentados nas informações por segmento, pois é possível utilizar a margem bruta para avaliar o desempenho dos segmentos. A composição da receita operacional líquida por região geográfica é:

Região/País	2013	2012
África do Sul	20.156	15.582
Alemanha	-	3.391
Arábia Saudita	642.306	670.646
Argélia	380.178	357.327
Argentina	-	7.075
Austrália	-	3.579
Bélgica	-	13.496
Brasil	4.655.231	4.447.412
Canadá	495.730	447.466
Chile	-	129
China	114.764	140.450
Cingapura	440.086	623.952
Colômbia	88.734	120.797
Dinamarca	29.806	77.094
Egito	117.120	-
Emirados Árabes Unidos	3.056.979	1.704.778
Estados Unidos	2.151.330	1.055.719
Federação Russa	-	48.034
Finlândia	-	3.862
França	168.163	218.997
Grã-Bretanha	1.325.626	644.213
Holanda	40.584	39.231
Iêmen	22.342	2.906
Ilhas Cayman	23.417	-
Ilhas Seychelles	101.937	-
Ilhas Virgens	-	264
Indonésia	42.923	-
Japão	-	56.713
Marrocos	30.870	-
México	796	27.914
Paquistão	-	197
Peru	16.083	32.893
Suécia	12.584	1.894
Suíça	719.686	442.016
Turquia	-	16.055
Uruguai	44.371	4.854
Total	14.741.802	11.226.836

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Caixa	31	30	26	18
Depósitos à vista	318.608	90.203	34.209	7.313
Aplicações financeiras	251.009	283.347	244.626	51.392
Total	569.648	373.580	278.861	58.723

Os depósitos à vista correspondem aos saldos bancários em conta-corrente. Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda fixa, remunerados substancialmente pela variação do CDI-CETIP - Certificado de Depósito Interbancário, possuindo liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda de rendimento.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Clientes no país	253.550	260.783	212.453	260.789
Clientes no exterior	499.631	294.521	1.400	85
Partes relacionadas	26	4	48.311	4
PECLD	(3.141)	(1.001)	(3.042)	(1.001)
Total	750.044	602.614	210.815	289.693

A exposição da Companhia a riscos de crédito, bem como as médias das idades dos saldos, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na nota explicativa 24. As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado. A Companhia avaliou o ajuste a valor presente, com a taxa de mercado CDI - Certificado de Depósito Interbancário, dos seus saldos de contas a receber de cliente em 31 de março de 2013 e 2012, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados no balanço considerando que a maioria dos itens do contas a receber é emitida com vencimentos em média de 20 dias. A despesa com a constituição da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi registrada na rubrica "Despesas de Vendas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do título, e esta provisão torna-se dedutível de impostos.

10. ESTOQUES

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Açúcar	718.672	465.257	410.983	183.079
Etanol	376.714	571.563	129.968	525.992
Gasolina	13.661	-	-	-
Milho	7.119	-	-	-
RIN/LCFS	55.460	-	-	-
Almoxarifado, embalagem e outros	18.568	13.442	17.041	12.459
Total	1.190.194	1.050.262	557.992	721.530

Os estoques de produtos comercializáveis, açúcar, etanol, gasolina (e derivados de gasolina), RINs e LCFS (Renewable Identification Numbers) são valorizados pelo seu valor justo com base em preços de mercado ("mark to market") menos os custos para venda. Mensalmente é realizada a comparação do custo de aquisição, sem incluir gastos com frete, armazenagem e impostos recuperáveis, e o preço, na data-base, equivalente no mercado. Os preços de referência são públicos e são obtidos de mercados ativos, como segue: • Preços de contratos de açúcar bruto negociados na Bolsa de Mercadorias ICE - Intercontinental Exchange (contrato Sugar #11)/NYBOT; • Preços de contratos de açúcar mercado interno divulgados pela CEA/ESALQ - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, departamento da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Universidade de São Paulo - USP); • Preços de etanol anidro e hidratado divulgados pela CEPEA/ESALQ - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, departamento da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Universidade de São Paulo - USP); • Preços de etanol anidro dos contratos balcão, base Ethanol (Platts) T2 FOB Rotterdam, divulgados pela CME Group; • Preços de etanol anidro dos contratos balcão, base Chicago Ethanol (Platts) Swap Futures, divulgados pela CME Group; • Preços do contrato de milho negociados na Bolsa de Mercadorias CBOT - Chicago Board of Trade;

	Participação %	Quantidade de ações		Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Outros Resultados	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
		2013	2012											
2012														
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais (a)	99,99995	2.019.842	6.112	136.819	142.931	8.337	50.838	59.175	83.756	65.069	(58.047)	7.022	7.022	
Copersucar Armazéns Gerais S.A. (a)	99,99997	3.512.925	4.561	536.985	541.546	729	60.638	61.367	480.179	12.486	188.549	201.035	201.035	
Sugar Express Transportes S.A. (a)	99,99000	49.995	2.338	19	2.357	141	1.731	1.872	485	14.126	(13.425)	701	701	
Uniduto Logística S.A. (c)	19,41000	20.758.629	7.754	29.268	31.022	6	31.016	79	31.016	79	(825)	(746)	(213)	
Logum Logística S.A. (b)	20,00000	57.678.860	292.815	449.870	742.685	10.320	478.946	489.266	253.419	13.474	(45.766)	(32.292)	(6.458)	
Total														202.087
2013														
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais (a)	99,99995	2.019.842	6.089	215.174	221.263	15.293	118.820	134.113	87.150	85.137	(80.687)	4.450	4.450	
Copersucar Armazéns Gerais S.A. (a)	99,99997	3.512.925	6.070	8.944	15.014	1.990	73	2.063	12.951	20.803	(109.385)	(88.582)	(88.583)	
Sugar Express Transportes S.A. (a)	99,99000	49.995	11.364	123	11.487	1.295	9.431	10.726	761	19.528	(19.160)	368	368	
Copersucar International N.V. (d)	100,00000	24.253.702	-	355.665	355.665	-	-	-	355.665	-	237.946	237.946	336.892	
Copersucar North América LLC	100,00000	100	292.611	100.177	392.788	229.578	102.034	331.612	61.176	1.110.589	(1.092.192)	18.397	17.897	
CTC-Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (c)	20,54000	130.292	107.393	109.517	216.910	20.714	36.145	56.859	160.051	70.010	(72.500)	(2.490)	(511)	
Uniduto Logística S.A. (c)	38,58000	41.270.202	1.008	29.225	30.523	5	30.518	27	30.518	27	(498)	(471)	(189)	
Logum Logística S.A. (b)	20,00000	57.678.860	77.730	1.040.513	1.118.243	886.615	-	886.615	231.628	50.413	(72.205)	(21.792)	(4.359)	
Produbar Participações S.A.	100,00000	2.997.926	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(90)	
Total														265.875

(a) Controlada; (b) Controle conjunto; (c) Coligada; (d) O resultado acumulado até setembro de 2012 no montante de R\$ (98.946) foi registrado na Copersucar Armazéns Gerais S.A., após esta data o acionista passou ser a Copersucar S.A.

O quadro abaixo apresenta a composição dos investimentos:

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Copersucar Armazéns Gerais S.A.	-	-	12.951	480.179
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	-	-	87.149	83.757
Logum Logística S.A.	46.325	50.684	46.325	50.684
Uniduto Logística S.A.	16.098	9.451	16.098	9.451
Sugar Express Transporte S.A.	-	-	761	485
CTC-Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	34.522	4.122	-	-
Copa Shipping Company Limited	9.556	4.122	-	-
Copersucar North América LLC	-	-	18.097	-
Copersucar International N.V.	-	-	716.238	-
Total	106.506	64.257	932.146	624.556

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Outros investimentos não consolidados - avaliados pelo valor justo:	-	-	-	-
Outros investimentos	587	544	133	133
Total	587	544	133	133
Total	107.093	64.801	932.279	624.689

16. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Controladora	Terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de processamento de dados	Móveis e utensílios	Veículos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Imobilizado em construção	Total
Em 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 2013	5.433	-	-	-	-	-	-	-	5.433

A controladora Copersucar S.A. possui um armazém que é mantido como propriedade para investimento por meio de arrendamento à parte relacionada - Copersucar Armazéns Gerais. O prazo deste arrendamento é de dois anos. Renovações subsequentes podem ocorrer, caso acordadas entre as partes. Nenhum aluguel contingente é cobrado. O valor justo deste ativo não difere do custo de aquisição que ocorreu em 20 de janeiro de 2010, acrescentando-se as obras em andamento (benfeitorias) até 31 de março de 2013.

Consolidado	Construções e benfeitorias		Máquinas e equipamentos		Equipamentos de processamento de dados		Móveis e utensílios		Veículos		Benfeitorias em propriedade de terceiros		Imobilizado em construção	Total
	Terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de processamento de dados	Móveis e utensílios	Veículos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Imobilizado em construção	Total					
Custo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 2012	5.433	15.099	102.140	2.386	2.937	1.923	97.778	34.552	262.248	-	-	-	-	-
Adições	15.084	4.666	34.275	148	919	1.003	1.858	119.104	177.057	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	(6)	(7)	(644)	-	-	(657)	-	-	-	-	-
Transferências	-	2.490	1.116	39	30	190	205	(4.095)	(15)	-	-	-	-	-
Saldo em 2013	20.517	22.255	137.531	2.567	3.879	2.472	99.841	149.571	438.633	-	-	-	-	-
Depreciações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 2012	-	-	(371)	(1.513)	(832)	(333)	(34.573)	-	(103.538)	-	-	-	-	-
Depreciações do período	-	(699)	(7.974)	(194)	(334)	(343)	(2.995)	-	(12.539)	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	5	2	184	-	-	-	191	-	-	-	-	-
Saldo em 2013	-	(1.070)	(73.890)	(1.702)	(1.164)	(492)	(37.568)	-	(115.886)	-	-	-	-	-
Valor líquido contábil	20.517	21.185	63.641	865	2.715	1.980	62.273	149.571	322.747	-	-	-	-	-
Em 2012	5.433	14.728	36.224	873	2.105	1.590	63.205	34.552	158.710	-	-	-	-	-
Em 2013	20.517	21.185	63.641	865	2.715	1.980	62.273	149.571	322.747	-	-	-	-	-

Imobilizado em construção: Durante o exercício, a Companhia adquiriu um imóvel na cidade de Paulínia (SP), no qual estão sendo realizadas obras de instalação de parque de tanques para armazenagem e escoamento de etanol. Através de sua controlada, Cia. Auxiliar de Armazéns Gerais, a Companhia está efetuando projeto de reforma do Terminal Açucareiro Copersucar - TAC, situado no porto de Santos-SP, para implantação de silo de grãos e demais obras periféricas. A Companhia avaliou os custos de empréstimos capitalizáveis e não realizou nenhum ajuste, pois os saldos apurados foram avaliados e considerados irrelevantes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

• Preços de RIN/LCFS, Renewable Identification Numbers/Low Carbon Fuel Standards, de diferentes expirações conforme publicados pela OPIS - Oil Price Information Service/Heating Oil Bio Reference; • Preço de Gasolina e derivados (C5, C6, C7, C8, C9 e NC4) conforme publicado pela OPIS - Oil Price Information Service (C5 e NC4), e pela Platts - CME Group (C6, C7 e C8) e CME Group (C9). O valor do ajuste é contabilizado na rubrica de custo das vendas no resultado do exercício. Os preços referência para o valor justo do estoque são os seguintes para cada exercício:

Commodity	Índice Mercado	Unidade	2013	2012
Açúcar Bruto	Sugar #11 (ICE/NYBOT)	cib	17,66	24,71
Açúcar Branco	Açúcar Cristal (CEPEA/ESALQ)	R\$/Ton	802,20	973,34
Etanol Anidro	Etanol Anidro (CEPEA/ESALQ)	R\$/m3	1.336,80	1.292,40
Etanol Hidratado	Etanol Hidratado (CEPEA/ESALQ)	R\$/m3	1.203,00	1.215,80
Etanol Anidro (Europa)	Ethanol (Platts) T2 FOB Rotterdam (CME Group)	EUR/m3	623,00	585,00
Etanol Anidro (EUA)	Corn #2 (CME Group) Chicago Platts (CME Group)	USD/Gal	2,45	2,2483
Milho	Corn #2 (CME Group)	USD/bu	7,30	-
Gasolina	OPIS/Platts	USD/Gal	2,91	-
RIN/LCFS	OPIS/Heating Oil Reference	US\$/unidade	0,67	-

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Consolidado	
--	-------------	--

continuação

Controladora	Moeda	Indexador	Taxa média anual de juros	Ano de vencimento	2013		2012	
					Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Nota de Crédito de Exportação	US\$	Taxa pré-fixada	2,93%	2013 a 2015	416.093	424.245	448.299	459.851
Empréstimo Direto Externo	US\$	Taxa pré-fixada	2,72%	2013	270.333	268.160	379.825	384.497
Nota de Crédito de Exportação	R\$	CDI-CETIP	7,86%	2013 a 2014	472.252	472.251	520.336	520.336
Total					1.158.678	1.164.656	1.348.460	1.364.684

Vencimentos do principal e juros dos empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2013

	Consolidado	Controladora
2013	1.243.792	801.855
2014	625.355	317.361
2015	123.210	19.731
2016	123.210	19.731
2017	102.530	-
2018	35.163	-
2019	35.163	-
2020	35.163	-
2021	4.600	-
2022	4.600	-
Total	2.332.786	1.158.678

A Companhia e suas controladas não possuem cláusulas restritivas (*Covenants*) em seus contratos de empréstimos e financiamentos vigentes.

21. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
ICMS	31.779	12.131	9.964	12.119
IPI	-	27	-	27
PIS	86	67	5	8
COFINS	246	199	23	33
ISS	654	204	103	23
Outros	2.199	779	685	643
Total Circulante	34.964	13.407	10.780	12.853
Impostos parcelados	675	733	-	-
Total não Circulante	675	733	-	-
Total	35.639	14.140	10.780	12.853

22. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Consolidado		Controladora		
	Nota	2013	2012	2013	2012
Clientes MI		9.456	-	9.137	-
Clientes ME		23.316	-	-	-
Partes relacionadas	26	-	-	93.408	399.957
Total		32.772	-	102.545	399.957

23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações tributárias e trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constatou provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Consolidado			Controladora		
	Tributárias	Trabalhistas	Total	Tributárias	Trabalhistas	Total
Saldo em 2011	20.623	1.219	21.842	9.700	-	9.700
Provisões feitas durante o período	6.470	250	6.720	5.456	-	5.456
Provisões utilizadas durante o período	(58)	(590)	(648)	-	-	-
Saldo em 2012	27.035	879	27.914	15.156	-	15.156
Provisões feitas durante o período	7.248	383	7.631	5.829	-	5.829
Provisões utilizadas durante o período	-	(393)	(393)	-	-	-
Saldo em 2013	34.283	869	35.152	20.985	-	20.985

Para as contingências apresentadas acima existem depósitos judiciais para o Consolidado e Controladora que compõem o montante respectivamente de R\$ 33.782 e R\$ 20.985 em 31 de março de 2013 (R\$ 25.958 e R\$ 14.711 em março de 2012). A Companhia está pleiteando em juízo a exclusão do ICMS da base de cálculo dos PIS e da COFINS, por entender que tal valor (ICMS) não constitui receita ou faturamento e sim imposto estadual e a Companhia é somente um agente arrecadador. Por decorrência da medida judicial, está recolhendo PIS e COFINS com exclusão do ICMS da base de cálculo e depositando em juízo a diferença. A Companhia não possui outras contingências com riscos avaliados como possíveis para perda.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Visão geral: A Companhia está exposta a diversos tipos de riscos, sejam financeiros (liquidez, mercado e crédito), legais, operacionais, ou outros. A partir de uma análise criteriosa da matriz de riscos, a Companhia seleciona aqueles que apresentam maior probabilidade de ocorrência e impacto financeiro, e efetua o monitoramento periódico. Abaixo, os principais riscos definidos como prioritários: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; preço das commodities e da taxa de câmbio; e • Risco operacional. Atualmente, a política de gerenciamento de risco adota as seguintes premissas: • Todos os riscos classificados como "prioritários" são identificados, analisados e monitorados; • Limites de uso de capital são aprovados pelo Conselho de Administração; • Todas as exposições são reportadas e mensuradas com frequência apropriada; • A área de gestão de riscos monitora a exposição, os riscos tomados versus os limites pré-estabelecidos, alerta as áreas de negócios, Comitê de Auditoria e Risco e Diretoria Executiva sobre eventual desrespeitamento, dá orientações sobre quanto e como reduzir a exposição e orienta na solicitação de limite adicional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos da Companhia para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **Estrutura do gerenciamento de risco:** O Conselho de Administração tem responsabilidade de estabelecer e supervisionar a estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho da Administração instituiu o Comitê de Auditoria e Risco, o qual é responsável em conjunto com a área de gestão de riscos pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de risco da Companhia. O Comitê se reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades enquanto a área de Gestão de Riscos ao presidente executivo. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites de uso de capital, exposições e controles de riscos, e para monitorar riscos e sua aderência aos limites pré-estabelecidos. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são determinados anualmente e revisados para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, visa desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, ou seja, uma cultura de riscos, com a qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. **Comitê de auditoria e riscos:** O Comitê de Auditoria e Risco da Companhia é composto por 4 (quatro) membros integrantes indicados pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, coincidindo com os mandatos do próprio Conselho de Administração. São realizadas reuniões quinzenais com todos os membros do Comitê de Auditoria e Risco. O Comitê auxilia a Administração e executa papel relevante no modelo de Governança Corporativa adotado na Companhia. As atribuições das atividades são: • Avaliar e monitorar os riscos operacionais e financeiros existentes nos negócios da Companhia; • Acompanhar junto ao auditor externo questões relevantes e/ou significativas relativas às práticas contábeis adotadas pela Administração sobre as demonstrações financeiras da Companhia; • Acompanhar e discutir controles internos, relativos, pendências e questões referentes aos trabalhos de auditoria interna e externa; • Sugerir e direcionar tarefas e funções da auditoria interna. O Comitê de Auditoria e Risco da Companhia supervisiona como a Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O Comitê é assistido no seu papel de supervisão pela Auditoria Interna. A Auditoria Interna realiza tanto as revisões regulares como as revisões para fins de controles e procedimentos de gerenciamento de risco, cujos resultados são reportados ao Comitê de Auditoria e Risco. **Risco de crédito:** É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e de títulos de investimento. **i. Contas a receber de crédito:** A Companhia e suas controladas estão sujeitas a risco de crédito. A Administração busca mitigar o risco de crédito por meio de uma política de crédito rigorosa, seletividade de seus clientes, acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmentos de negócios e limites individuais de crédito, procedimentos estes adotados a fim de minimizar eventuais riscos de inadimplência em suas contas a receber de clientes. A Companhia opera nos segmentos de açúcar, etanol e prestação de serviços de elevação de açúcar em seu terminal portuário. Nos clientes de mercado interno o prazo médio de recebimento é de 20 (vinte) dias para o açúcar, já nas vendas de etanol, 70% dos clientes têm um prazo de recebimento de 15 (quinze) dias e o saldo de 30% com recebimentos à vista. Com relação a contas a receber do mercado externo, incluindo América Latina, cerca de 80% dos clientes pagam na modalidade *Cash Against Documents*, ou seja, somente após o pagamento da obrigação, os documentos são liberados ao cliente para que possa fazer o desembarque da mercadoria. Os clientes que não operam nesta modalidade efetuam pagamento por meio de carta de crédito aberta por bancos de primeira linha. Mais de 80% dos clientes da Companhia são clientes há mais de cinco anos, com um histórico de perdas extremamente baixo. No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os mesmos são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são distribuidoras, indústrias ou refinarias, localização geográfica, e existência de histórico de dificuldades financeiras. **ii. Garantias:** Garantias são fornecidas na contratação de linhas de financiamentos bancários necessários para manter o equilíbrio de caixa da controladora e as controladas, contudo existem garantias recebidas e cedidas à parte relacionada, cujo detalhe está na nota explicativa 26. **iii. Contratos de compras com fornecedores não relacionados:** A Companhia está sujeita a riscos de inadimplência na entrega dos produtos aplicados aos contratos de compra com preço fixo de usinas e tradings não relacionadas (fornecedores/originação de terceiros). Para minimizar o risco de concentração por fornecedor não relacionado foi determinado na política vigente que o volume individual contratado com preço fixo não exceda 20% do volume total das compras estimadas para a safra corrente com não relacionados. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações dentro do prazo de vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco de mercado:** Risco de mercado representa a possibilidade de perdas financeiras que a Companhia está exposta, oriunda das variações sobre o preço das commodities, taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar e monitorar todas as exposições a esses riscos para que fiquem dentro de parâmetros aceitáveis, definidos pelo Conselho de Administração. A Companhia compra e vende derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Auditoria e Risco e deliberadas pelo Conselho de Administração. **i. Risco de preço de commodities:** A Companhia opera com derivativos de commodities para minimizar a variabilidade do seu resultado causada pelo reconhecimento contábil de ativos e passivos, direitos e obrigações a valor justo, valorizados de acordo com a cotação dos preços de commodities nas Bolsas Internacionais (ICE/NYBOT e LIFFE) e índices divulgados pela CEPEA/ESALQ. As exposições a este tipo de risco são constantemente atualizadas, em virtude do curso normal de negócios da Companhia. Portanto, a gestão dessa exposição ocorre dinamicamente por meio de contratos derivativos com o objetivo de realizar ajustes de hedge de acordo com a nova necessidade. A utilização desses contratos derivativos é monitorada e baseada no limite de risco pré-estabelecido pelo Conselho de Administração. A Companhia não possui usinas produtoras de açúcar e etanol. Aproximadamente 75% da matéria-prima comercializada é adquirida de unidades produtoras sócias, enquanto que os outros 25% advêm de unidades produtoras não sócias e de outras tradings. Conforme contrato de fornecimento firmado entre a Copersucar S.A. e a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, partes sócias, o preço de negociação é formado com base no índice CEPEA/ESALQ no período da entrega da mercadoria. O açúcar é comercializado no mercado interno e externo, e o preço de venda é formado pelo preço do açúcar *Sugar #11/ICE* da Bolsa de Nova York. Isso faz com que este seja o principal fator de risco do portfólio. A exposição líquida entre compras e vendas é gerenciada por meio de instrumentos financeiros derivativos de açúcar *Sugar #11/ICE* (futuros ou de balcão) referenciados à mesma Bolsa e é monitorada por meio dos limites de risco pré-estabelecidos pelo Conselho de Administração. O etanol também é comercializado no mercado interno e externo, e o seu preço de venda é formado pelo indicador CEPEA/ESALQ. Isso faz com que este seja o principal fator de risco deste portfólio. Dessa forma toda a posição líquida entre compras e vendas com preço fixo acaba exposta a risco de variação de preço do etanol. O monitoramento de exposição a risco é realizado por meio dos limites pré-estabelecidos pelo Conselho de Administração. Os ganhos ou perdas originados desses instrumentos de proteção são registrados no resultado do período. **ii. Risco de moeda:** A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente da respectiva moeda funcional da Companhia e suas Controladas, no caso o Real (R\$). A Companhia utiliza Contratos de Balcão ou de Bolsa para proteger seu risco de moeda, com vencimento de menos de um ano da data das demonstrações financeiras. Quando necessário esses contratos são renovados no vencimento. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são gerenciados pela sua exposição líquida, por meio de compras e vendas de moeda estrangeira a taxa à vista ou futuras (*forwards*), quando necessário, para exposições de curto prazo. Os principais montantes dos empréstimos bancários da Companhia em USD são protegidos utilizando contratos de *swap*, de balcão ou compensados com ativos indexados na mesma moeda. Juros sobre empréstimos são denominados na moeda do empréstimo. Em geral, os empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações básicas da Companhia, principalmente em Reais, mas também em USD. As exposições a este tipo de risco são constantemente atualizadas, em virtude do curso normal de negócios da Companhia. Portanto, a gestão dessa exposição e seus limites ocorrem dinamicamente por meio de contratos derivativos com o objetivo de realizar ajustes de hedge de acordo com a nova necessidade. A utilização desses contratos derivativos é definida anualmente, no limite de risco pré-estabelecido pelo Conselho de Administração e monitorada quinzenalmente pelo Comitê de Auditoria e Risco. **iii. Risco de taxa de juros:** A dívida da Companhia está atrelada a taxas fixas e variáveis, portanto está exposta a variações na taxa de juros. O risco de exposição do CDI é parcialmente compensado por aplicações financeiras. O gerenciamento do custo financeiro total da Companhia possui como objetivo fazer com que seu custo financeiro esteja em linha com o praticado pelo mercado, considerando entidades com porte similar. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulamentatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez. O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais visando mitigar o máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando assim, a eficácia de custos evitando procedimentos de controle que não são eficazes. **Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma base de capital suficiente para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado. O principal objetivo é o desenvolvimento futuro de negócios. A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Também faz parte da carteira de instrumentos financeiros, as operações com instrumentos financeiros derivativos que são contratadas para proteção da volatilidade de mercado, bem como, as operações de compra e venda a termo de mercadoria com a Cooperativa. Para esse fim são utilizados os seguintes instrumentos de proteção: *swap* cambial, operações com NDF - *Non-Deliverable Forwards*, futuros e opções de *commodities* e moeda.

Instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	569.648	373.580	278.861	58.723
Operações com bolsa de valores	24.913	52.527	3	672
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	244.599	61.857	93.838	41.120
Passivos				
Operações com bolsa de valores	42.642	-	39	-
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	92.685	24.458	-	-
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	750.044	602.614	210.815	289.693
Adiantamentos a fornecedores	552.442	54.673	17.789	4.482
Outras contas a receber	15.720	5.119	1.308	2.842
Empréstimos concedidos - partes relacionadas	-	1.099	46.605	25.246
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Fornecedores	1.313.600	199.453	1.018.545	169.673
Empréstimos e financiamentos	2.332.786	2.232.257	1.158.678	1.348.460
Adiantamentos a clientes	32.772	-	102.545	399.957
Outras contas a pagar	20.778	25.244	234	11.357

Classificação dos instrumentos financeiros: Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2013 e o exercício encerrado em 31 de março de 2012, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros. **Riscos de crédito:** Exposição a riscos de crédito: A exposição máxima do risco de crédito está substancialmente concentrada nos instrumentos financeiros abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Depósitos à vista	318.608	90.203	34.213	7.713
Aplicações financeiras	251.009	283.347	244.626	51.392
Contas a receber de clientes	750.044	602.614	210.815	289.693
Adiantamentos a fornecedores	552.442	54.673	17.789	4.482
Operações com bolsa de valores	24.913	52.527	3	672
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	244.599	61.857	93.838	41.120
Outras contas a receber	15.720	5.119	1.308	2.842

As operações de aplicações financeiras são pulverizadas em diversas instituições financeiras, consideradas pelo mercado de primeira linha. Os três clientes mais relevantes da Companhia são responsáveis por R\$ 244 mil dos recebíveis em 31 de março de 2013 (R\$ 253 mil em 31 de março de 2012), sendo que durante esses períodos ocorreram troca de relevância entre os clientes. Os demais instrumentos financeiros não apresentam concentrações significativas de risco, exceto pelas contas a receber de clientes, as quais a Companhia faz uso de cartas de créditos, CAD - *Cash Against Document* ou seguro de crédito para proteção de sua carteira.

Contas a receber de clientes: A exposição máxima ao risco de crédito na data do relatório por região geográfica para as contas a receber de clientes apresentado acima foi de:

	Consolidado					
	2013	Valor garantido	Exposição líquida	2012	Valor garantido	Exposição líquida
Doméstico	243.125	-	243.125	260.782	-	260.782
Argélia (b)	83.855	83.855	-	88.624	88.624	-
Rep. Of Seychelles (b)	50.568	50.568	-	-	-	-
Inglaterra (b)	-	-	-	55.703	55.703	-
Árabia Saudita (b)	46.859	46.859	-	54.317	54.317	-
Dubai (b)	11.309	11.309	-	45.608	45.608	-
Suíça (b)	105.362	105.362	-	27.462	27.462	-
Colômbia (b)	3.893	3.893	-	7.427	7.427	-
Holanda (b)	5.433	5.433	-	2.153	2.153	-
Singapura (b)	4.019	4.019	-	1.789	1.789	-
EUA (a)	141.078	47.999	93.079	-	-	-
Canadá (a)	37.800	442	37.358	-	-	-
Outros (a)	16.739	7.449	9.290	11.438	11.438	-
Partes Relacionadas (c)	4	4	-	47.311	47.311	-
Total	750.044	367.192	382.852	602.614	341.832	260.782

	Controladora					
	2013	Valor garantido	Exposição líquida	2012	Valor garantido	Exposição líquida
Doméstico	209.411	-	209.411	259.788	-	259.788
Outros	1.400	-	1.400	85	85	-
Partes Relacionadas (c)	4	4	-	29.820	29.820	-
Total	210.815	4	210.811	289.693	29.905	259.788

(a) Saldos 100% garantidos, sendo: 80% *Cash Against Document*, 13% por meio de carta de crédito e 7% por seguro de crédito; (b) Saldos 100% garantidos por carta de crédito de bancos internacionais de primeira linha; (c) A Companhia não considera existência de risco de crédito para suas transações com partes relacionadas. **Perdas por redução no valor recuperável:** Os vencimentos das contas a receber de clientes são:

	2013		2012	
	Bruto	PECLD	Bruto	PECLD
Não vencidos	717.014	-	430.881	-
Vencidos há 0-30 dias	30.160	-	90.409	-
Vencidos há 31-120 dias	1.367	-	24.329	-
Acima de 120 dias	4.644	(3.141)	57.996	(1.001)
Total	753.185	(3.141)	603.615	(1.001)

	2013		2012	
	Bruto	PECLD	Bruto	PECLD
Não vencidos	185.729	-	224.905	-
Vencidos há 0-30 dias	24.761	-	51.928	-
Vencidos há 31-120 dias	85	-	12.860	-
Acima de 120 dias	3.282	(3.042)	1.001	(1.001)
Total	213.857	(3.042)	290.694	(1.001)

	Consolidado		Valor justo (R\$ mil)		Valor justo (R\$ mil)		
	Volume	Notional (R\$ mil)	2013		2012		
			Até 6 meses	Superior a 6 meses	Até 6 meses	Superior a 6 meses	
2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012

Contratos a termo							
Posição Compra Mercadorias							

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

A Companhia não realiza análise de sensibilidade para instrumentos financeiros vinculados a taxas variáveis de juros, pois considera que os possíveis impactos são irrelevantes para as demonstrações financeiras da Companhia. **Ganhos (perdas) de instrumentos financeiros derivativos não realizados:** A tabela abaixo sumariza os valores dos ganhos (perdas) registrados em 31 de março de 2013 e 2012 que afetaram o balanço patrimonial e os valores que afetaram o resultado acumulado da Companhia nas seguintes datas:

	2013		2012	
	Efeitos no balanço patrimonial	Efeitos no resultado	Efeitos no balanço patrimonial	Efeitos no resultado
<i>Fixed-term/commodities</i>	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	145.101	30.260	19.681	16.801
	145.101	30.260	19.681	16.801
<i>Non Deliverable Forwards SWAP</i>	5.660	2.425	10.023	1.069
	93.838	—	52.731	41.107
	99.498	2.425	62.754	42.176
Total	244.599	92.685	61.857	24.458
Circulante	211.723	92.685	40.008	24.458
Não circulante	32.876	—	21.849	—

	2013		2012	
	Efeitos no balanço patrimonial	Efeitos no resultado	Efeitos no balanço patrimonial	Efeitos no resultado
<i>Non Deliverable Forwards SWAP</i>	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	—	—	(13)	13
	93.838	—	52.731	41.107
	60.990	—	52.718	41.120
Total	32.848	—	19.271	—
Circulante	32.848	—	21.849	—
Não circulante	—	—	—	—

Valor justo: Valor justo versus valor contábil: Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2013		2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Consolidado				
Instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	569.648	569.648	373.580	373.580
Estoques	1.190.194	1.190.194	1.050.262	1.050.262
Operações com bolsa de valores	24.913	24.913	52.527	52.527
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	244.599	244.599	61.857	61.857
Passivos				
Operações com bolsa de valores	42.642	42.642	—	—
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	92.685	92.685	24.458	24.458
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	750.044	750.044	602.614	602.614
Adiantamentos a fornecedores	552.442	552.442	54.673	54.673
Outras contas a receber	15.420	15.420	5.119	5.119
Empréstimos cedidos - partes relacionadas	—	—	1.099	1.099
Fornecedores	1.313.600	1.313.600	199.453	199.453
Empréstimos e financiamentos	2.332.786	2.399.030	2.232.257	2.274.850
Operações com bolsa de valores	42.642	42.642	—	—
Operações de mútuo	64	64	—	—
Outras contas a pagar	20.778	20.778	25.244	25.244

	2013		2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Consolidado				
Instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	278.861	278.861	58.723	58.723
Estoques	557.992	557.992	721.530	721.530
Operações com bolsa de valores	3	3	672	672
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	98.838	98.838	41.120	41.120
Passivos				
Operações com bolsa de valores	39	39	—	—
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	210.815	210.815	289.693	289.693
Adiantamentos a fornecedores	17.789	17.789	4.482	4.482
Outras contas a receber	1.308	1.308	2.842	2.842
Empréstimos cedidos - partes relacionadas	46.605	46.605	25.246	25.246
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Fornecedores	1.108.545	1.018.545	169.673	169.673
Empréstimos e financiamentos	1.158.678	1.158.678	1.348.460	1.384.683
Adiantamentos a clientes	102.545	102.545	399.957	399.957
Operações com bolsa de valores	39	39	—	—
Outras contas a pagar	234	234	11.357	11.357

Hierarquia de valor justo: A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observado do valor justo. • **Mensuração de valor justo de Nível 1** - São obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • **Mensurações de valor justo de Nível 2** - São obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, como base em preços); • **Mensurações de valor justo de Nível 3** - São as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Não há instrumentos financeiros agrupados neste nível.

	2013		2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Consolidado				
31 de março de 2013			Nível 1	Nível 2
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	—	—	318.639	251.009
Estoques	—	—	—	190.194
Operações com bolsa de valores	—	—	—	24.913
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	—	—	—	244.599
Passivos				
Operações com bolsa de valores	—	—	—	42.642
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	—	—	—	92.685
31 de março de 2012				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	—	—	34.235	244.626
Estoques	—	—	—	1.050.262
Operações com bolsa de valores	—	—	—	52.527
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	—	—	—	61.857
Passivos				
Operações com bolsa de valores	—	—	—	24.458
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	—	—	—	—

	2013		2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Controladora				
31 de março de 2013			Nível 1	Nível 2
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	—	—	278.861	—
Estoques	—	—	—	557.992
Operações com bolsa de valores	—	—	—	3
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	—	—	—	93.838
Passivos				
Operações com bolsa de valores	—	—	—	39
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	—	—	—	—
31 de março de 2012				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	—	—	58.723	—
Estoques	—	—	—	721.530
Operações com bolsa de valores	—	—	—	672
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	—	—	—	41.120

25. COMPROMISSOS CONTRATUAIS
Vendas: Considerando que a Companhia opera principalmente no mercado de commodities, as vendas são substancialmente efetuadas ao preço da data da venda. Entretanto, os contratos são na sua maioria realizados no curto prazo. O volume contratado, em 31 de março de 2013, para açúcar é de 5.154 mil de toneladas (4.738 mil toneladas em 31 de março de 2012) e para o etanol 811,4 mil m³ (325 mil m³ em 31 de março de 2012). **Compromissos:** De acordo com o contrato mantido entre a Companhia e sua parte relacionada - Cooperativa, os volumes comprometidos em 31 de março de 2013 e 2012 foram de (açúcar em milhões de toneladas e etanol em bilhões de litros):

	2013	2012
Compra		
Açúcar Branco	1.536	1.965
Açúcar Bruto	4.358	3.606
Total	5.894	5.571
Etanol Anidro	2.468	2.046
Etanol Hidratado	4.785	4.005
Total	7.253	6.051

Logística: A Companhia tem parcerias estratégicas para prestação de serviços de transporte ferroviário com os seguintes fornecedores: *América Latina Logística - ALL*; • Prestação de serviços de transporte de açúcar em vagões pela malha ferroviária da ALL até o terminal do Porto de Santos (SP), com vencimento para o exercício de 2028; • Transporte de etanol pela malha ferroviária ALL com destino indicado pela Copersucar. O vencimento desse contrato segue as concessões ferroviárias da ALL. *Ferrovias Centro Atlântica - FCA*; • Transporte de açúcar do terminal de Ribeirão Preto (SP) para o terminal do Porto de Santos (SP), com vencimento no exercício de 2026.

26. PARTES RELACIONADAS
Controladora e parte controladora final: As partes controladoras finais da Companhia são os grupos conforme a seguir:

Acionistas - Grupo	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Total de ações	% Participação
Zilor	44.369.253	3	44.369.256	11,050841
Pedra	40.146.279	1	40.146.280	9,999044
Cocal	25.083.962	1	25.083.963	6,247544
Balatais	24.267.508	1	24.267.509	6,044194
Aralco	23.416.085	4	23.416.089	5,832134
Viralcool	23.066.408	2	23.066.410	5,745041
Ipiranga	20.468.877	2	20.468.879	5,098087
Santa Adélia	27.234.530	2	27.234.532	6,783176
Balbo	22.102.772	3	22.102.775	5,505033
São J. da Estiva	13.764.565	1	13.764.566	3,428275
São Manoel	13.108.951	1	13.108.952	3,264985
Melhoramentos	5.493.556	1	5.493.557	1,368254
Ferrari	10.269.374	1	10.269.375	2,577745
Pitangueiras	10.125.557	1	10.125.558	2,521925
Furlan	10.044.335	1	10.044.336	2,501695
São Luiz	9.375.426	1	9.375.427	2,335093
Umoe Bioenergy	8.575.105	1	8.575.106	2,135761
Jacarezinho	6.500.156	1	6.500.157	1,618951
Cerradão	5.329.974	1	5.329.975	1,327512
Santa Lúcia	5.034.227	1	5.034.228	1,253851
Santa Maria	4.495.099	1	4.495.100	1,119573
Caçu	2.843.066	1	2.843.067	0,703109
Decal - Rio Verde	1.944.399	1	1.944.399	0,484282
Outros	51.150	1	51.151	0,012740
Total	401.501.150	36	401.501.186	100,000000

Remuneração de pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da Companhia é composto pelo presidente do Conselho de Administração, pelo presidente Executivo e pelos diretores das áreas: Comercial, Logística e Administrativo-Financeira e Planejamento. Para o exercício findo em 31 de março de 2013, a remuneração do pessoal-chave da administração, totalizou R\$ 10.353 (R\$ 16.488 para o exercício findo em 31 de março de 2012), e inclui salários, remuneração de curto e longo prazo, benefícios de curto e longo prazo e pós-emprego. A remuneração do pessoal-chave da Administração compreende:

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Benefícios de empregados de curto prazo	7.181	6.720	7.181	6.720
Benefícios de pós-emprego	852	756	852	756
Remuneração Variável Curto Prazo	—	6.040	—	6.040
Remuneração Variável Longo Prazo (a)	2.320	9.012	2.320	9.012
	10.353	22.528	10.353	22.528

(a) Parte do montante destacado como benefício de longo prazo trata-se de um bônus concedido ao pessoal-chave e está vinculado ao valor da Companhia baseado na perpetuidade do EBITDA. Esses valores estão provisionados e serão pagos, caso a meta seja atingida ao final de três anos.

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2013	2012	2013	2012
Outros saldos com partes relacionadas:					
Ativo circulante					
Contas a Receber					
Cooperativa	4	48.311	4	14.161	
Copersucar Trading A.V.V.	—	—	—	15.659	
	9	48.311	4	29.820	

	Dividendos	Consolidado		Controladora	
		2013	2012	2013	2012
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	—	—	1.057	1.668	
Copersucar Armazéns Gerais S.A.	—	—	—	50.259	
Sugar Express Transportes S.A.	—	—	92	141	
			1.149	52.068	

	Adiantamentos a fornecedores	Consolidado		Controladora	
		2013	2012	2013	2012
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	—	—	—	14	
Cooperativa	408.268	—	320	—	
	12	408.268	320	14	

	Ativo não circulante	Consolidado		Controladora	
		2013	2012	2013	2012
Empréstimos cedidos					
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	—	—	37.266	12.260	
Copersucar Armazéns Gerais S.A.	—	—	—	10.298	
Produbar Participações S.A.	—	1.099	—	1.099	
Sugar Express Transportes S.A.	—	—	9.339	1.589	
			1.099	25.246	

	Passivo circulante	Consolidado		Controladora	
		2013	2012	2013	2012
Fornecedores					
Cooperativa	937.102	108.397	937.102	105.545	
Arrepar Participações S.A.	4	—	4	—	
Imocop Empreendimentos e Participações S.A.	10.125	—	10.125	—	
Copersucar Trading A.V.V.	—	—	49.938	49.183	
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	—	—	662	—	
	19	947.231	108.397	997.831	

★ **continuação**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

35. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia concede alguns benefícios a seus funcionários. Dentre esses benefícios, os discriminados abaixo foram avaliados por meio de cálculo atuarial. **Assistência médica:** A Companhia disponibiliza como parte de seus benefícios um plano de assistência médica, onde desde 01/07/2011 não há contribuição mensal dos funcionários nessa mensalidade. De acordo com a Lei 9.656/98, é previsto, que em caso de aposentadoria, demissão sem justa causa ou exoneração, o plano de assistência médica seja mantido nas mesmas condições vigentes que para os funcionários ativos, desde que o funcionário tenha se enquadrado em uma das três condições mencionadas abaixo e assumam o pagamento integral de sua mensalidade. Para isso, são garantidos os seguintes prazos de manutenção dos planos: ***Demitidos sem justa causa ou exonerados:*** O tempo de permanência garantido será 1/3 do tempo que contribuiu para o Plano de Saúde, assegurado um período mínimo de 6 meses e um máximo de 24 meses. ***Aposentados: Para funcionários com vínculo igual ou superior a 10 anos e idade igual ou superior a 45 anos em 01/07/2011:*** é assegurado o direito de manutenção como beneficiário no Plano nas mesmas condições de cobertura que gozava quando na vigência do contrato de trabalho, sem nova contagem de carência, pelo tempo que desejar. ***Para funcionários com vínculo de menos de 10 anos:*** é assegurado o direito de manutenção como beneficiário nas mesmas condições de cobertura que gozava quando na vigência do contrato de trabalho, sem nova contagem de carência, à razão de 1 (um) ano para cada ano de contribuição. Tendo em vista que o custeio do plano é obtido considerando os empregados ativos e os aposentados, a Companhia realizou uma avaliação atuarial com o objetivo de avaliar a existência de passivos. Os cálculos foram realizados por empresa terceirizada especializada do mercado e não foram observados impactos relevantes.

Premissas utilizadas para os cálculos
Premissas financeiras e econômicas

	2013	2012
Fator de capacidade de benefícios	100%	100%
Taxa esperada de inflação de longo prazo	5,70%	4,50%
Taxa nominal de desconto atuarial	9,78%	10,77%
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos no longo prazo	0,00%	0,00%
Taxa nominal de crescimento dos custos médicos - Inflação médica	7,81% ⁽¹⁾	7,63% ⁽¹⁾
Taxa de crescimentos dos custos médicos por faixa etária - <i>Aging factor</i>	2,00% ⁽¹⁾	3,00% ⁽¹⁾

	2013	2012
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 ⁽²⁾	AT-83 ⁽²⁾
Tábua de rotatividade - (término de vínculo empregatício)	Vide nota ⁽³⁾	Vide nota ⁽³⁾
Entrada em aposentadoria	100% elegibilidade	100% elegibilidade

(1) Estimativa de aumento de contribuições subsidiadas pelos atuais participantes ativos do Plano; (2) Tábua de mortalidade geral diferenciada por sexo; (3) Taxa de rotatividade inversamente proporcional ao tempo de serviço prestado à Companhia: 15/TS + 1. Não foram apurados efeitos sobre a variação da taxa de crescimento dos custos com Planos de Saúde no período. Sumário dos dados cadastrais dos participantes:

	2013	2012
Ativos		
Frequência	204	192
Idade média	37	45
Tempo de plano	1,8	0,9
Tempo de serviço futuro	12,0	12,0

Assistidos em gozo de benefício

	2013	2012
Frequência	—	1
Idade média	—	57
Expectativa de sobrevivida	—	25,4

Estatísticas de frequência, idade, tempo de serviço, tempo de serviço futuro e expectativa de sobrevivida referem-se aos empregados da Companhia. Estatísticas de custo consideram o grupo familiar hipotético formado pelo titular e cônjuge, a esposa é considerada 2 anos mais jovem. ***Seguro de vida:*** Para os empregados incluídos neste benefício até 2005, a Companhia garantia na aposentadoria do empregado o pagamento do prêmio do seguro de forma vitalícia, gerando com isso um benefício pós-emprego. Para os empregados admitidos após este período o benefício é custeado pela Companhia durante o período em que os empregados permanecem ativos, e são considerados como despesa, não incorrendo em riscos atuariais. A Companhia também submeteu esse benefício a uma avaliação atuarial e não efetuou nenhum ajuste, pois os valores não foram considerados relevantes.

Premissas utilizadas para os cálculos
Premissas financeiras e econômicas

	2013	2012
Fator de capacidade de benefícios	100%	100%
Taxa esperada de inflação de longo prazo	5,70%	4,50%
Taxa nominal de desconto atuarial	10,20%	10,77%
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos no longo prazo	0,00%	0,00%
Taxa nominal de crescimento dos custos do plano	7,81%	6,59%

	2013	2012
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 ⁽¹⁾	AT-83 ⁽¹⁾

(1) Estimativa de aumento de contribuições subsidiadas pelos atuais participantes ativos do Plano. Sumário dos dados cadastrais dos participantes:

	2013	2012
Assistidos em gozo de benefício		
Frequência	4	2
Idade média	56	66
Expectativa de sobrevivida	18,0	19,2
Benefício médio mensal	608,04	139,77

(1) Refere-se ao benefício de pagamento de prêmios de seguro de vida, conforme contrato firmado com seguradora, atualmente mantido com taxa de 0,00863 sobre a remuneração mensal do participante assistido.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente			DIRETORIA		
Luís Roberto Pogetti			Diretor Presidente Paulo Roberto de Souza		
Conselheiros			Diretores		
Antonio Eduardo Toniolo	Geraldo José Carbone	Genilson Silva Melo	Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores		
Antonio José Zillo	Hermelindo Ruete de Oliveira		Diretor Comercial		
Carlos Dinucci	José Luciano Duarte Penido	Soren Hoed Jensen	Diretor de Planejamento		
Carlos Ubiratan Garms	Leopoldo Titoto	Maurício de Mauro	Diretor de Logística		
Clésio Antonio Balbo	Norberto Bellodi	Alexandre Mattos Setten			

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, dos Resultados Abrangentes, Demonstrações das Mutações de Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, relativos ao exercício encerrado em 31 de março de 2013. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o Parecer do Auditores da KPMG Auditores Independentes, de 22 de maio de 2013, os Senhores Conselheiros opinaram favoravelmente a respeito dos supracitados documentos, informando que os mesmos se encontram em condições de serem votados e aprovados pelos Srs. Acionistas na próxima Assembléia Geral Ordinária.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros da Copersucar S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Copersucar S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copersucar S.A. em 31 de março de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o

Outros benefícios de longo prazo

Com base em seu programa de benefícios, a Companhia provisionou bônus com vencimento no prazo de um ano, para os seguintes profissionais:

	2013	2012
Pessoal-chave	26.576	24.720
Outros executivos	6.644	6.180
	<u>33.220</u>	<u>30.900</u>
Passivo circulante	16.610	—
Passivo não circulante	16.610	—

36. ARRENDAMENTOS MERCANTIS OPERACIONAIS

Arrendamentos como arrendatário: Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão pagos da seguinte forma:

	Consolidado	Controladora		
	2013	2012	2013	2012
Até um ano	31.249	9.141	5.229	4.205
Acima de um ano - Até cinco anos	98.113	38.840	16.780	18.697
Mais de cinco anos	<u>121.189</u>	<u>125.050</u>	—	—
Total	<u>250.551</u>	<u>173.031</u>	<u>22.009</u>	<u>22.902</u>

A Companhia reconheceu os seguintes valores como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional:

	2013	2012
Despesa com arrendamento mercantil operacional	16.693	8.239

A Companhia é arrendatária de uma área localizada no Porto de Santos de aproximadamente 50.392 metros quadrados, onde suas instalações estão edificadas. O prazo de vigência do contrato é de 20 anos, a partir de 07 de março de 1996 e em 27 de junho de 2011 foi renovado para mais 20 anos a partir de 07 de março de 2016.

As principais cláusulas restritivas do contrato de arrendamento mercantil são: • Desvio do objeto contratual pelo arrendatário; • Dissolução do arrendatário; • Subarrendamento; • Transferência do arrendamento, sem prévia autorização pela codesp; • Cessação de mais de 3 (três) pagamentos mensais pelo arrendatário; • Interrupção da execução do contrato sem causa justificada; • Operações portuárias realizadas com infringência das normas legais e regulamentos aplicáveis; • Descumprimentos de decisões judiciais. Todas as cláusulas restritivas do contrato de arrendamento operacional vêm sendo plenamente atendidas pela Companhia. A Companhia também é arrendatária de uma área localizada em município e comarca de Guarujá-SP de aproximadamente 47.333 m², utilizada para armazenagem de produtos. O prazo de vigência do contrato é de 5 anos, iniciando-se em 01 de março de 2011, podendo ser renovado por igual período. Além de sua controlada indireta Eco-Energy, a Companhia é arrendatária de equipamentos para armazenagem e movimentação de etanol e gasolina (carros-tanques, caminhões, vagões ferroviários, tanques e equipamentos para transbordo), equipamentos para escritório e aluga também um imóvel na cidade de Franklin-TN-EUA com finalidade administrativa. ***Arrendamentos como arrendador:*** A Controladora arrenda sua propriedade para investimento mantida sob arrendamento operacional (ver nota explicativa 15) para uma parte relacionada, a Copersucar Armazéns Gerais. Através de sua controlada indireta Eco-Energy a Companhia efetua sublocação de carros-tanques. Os pagamentos mínimos futuros sob arrendamentos não canceláveis são os seguintes:

	Consolidado	Controladora		
	2013	2012	2013	2012
Até um ano	25.439	—	751	670
Acima de um ano - Até cinco anos	<u>11.206</u>	—	<u>1.545</u>	—
Total	<u>36.645</u>	—	<u>2.296</u>	<u>670</u>

Durante o exercício findo em 31 de março de 2013, o montante de R\$ 14.940 foi reconhecido como receita de aluguel no resultado da Companhia.

Receita com arrendamento mercantil operacional

	2013	2012
	14.940	670

37. COBERTURA DE SEGUROS

companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de março de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais da Companhia era composta por R\$ 182.375 para seguro patrimonial, e R\$ 193.986 para responsabilidade civil da controladora e controladas, e de R\$ 100.690 para risco de crédito.

38. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento do BRGAAP aplicável às Companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado consolidadas e individuais. Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

39. EVENTOS SUBSEQUENTES

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 21 de maio de 2013.

CONSELHO FISCAL		
Efetivos	Carlos Otto Laure José Roberto Capelari Sérgio Roberto Nicoletti	Suplentes Antonio Celso Roxo Otávio Pilon Nilton José Andreotti Filho
Carlos Cavalcante Guimarães CRC-TC 1SP 194441/O-2		

Carlos Otto Laure Conselheiro	José Roberto Capelari Conselheiro	Sérgio Roberto Nicoletti Conselheiro
----------------------------------	--------------------------------------	-----------------------------------------

exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Copersucar S.A. em 31 de março de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa 4 as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Copersucar S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. As aquisições de açúcar e etanol da Companhia são realizadas substancialmente junto à parte relacionada, de acordo com as condições comerciais descritas na nota explicativa 26. A garantia de fornecimento dos produtos está vinculada à manutenção do contrato com essa parte relacionada. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de março de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de maio de 2013.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

André Luiz Monaretti
Contador CRC 1SP160909/O-3